

APRENDIZAGEM INCLUSIVA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES DO ESPAÇO ESCOLAR

Henrique da Silva Félix¹
Edson José dos Santos Corrêa²
Diogenes José Gusmão Coutinho³

RESUMO: O presente artigo teve como objetivo explorar as culturas de aprendizagem inclusivas e examinar os desafios e oportunidades associados ao espaço escolar. Focando nos desafios, abordamos as barreiras físicas e atitudinais que muitas vezes impedem o pleno acesso de alunos com necessidades especiais. Para atingir tal objetivo, nossa pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica de fontes acadêmicas e reflexões sobre práticas pedagógicas inclusivas. Em nossas considerações finais, recapitulamos os principais pontos discutidos no artigo, e também enfatizamos a importância de criar uma cultura inclusiva nas escolas.

Palavras-chave: Espaço Escolar. Aprendizagem Inclusiva. Educação.

ABSTRACT: This article aimed to explore inclusive learning cultures and examine the challenges and opportunities associated with the school space. Focusing on challenges, we addressed physical and attitudinal barriers that often hinder the full access of students with special needs. To achieve this goal, our research adopted a qualitative approach, based on a literature review of academic sources and reflections on inclusive pedagogical practices. In our final considerations, we recapitulated the main points discussed in the article and also emphasized the importance of creating an inclusive culture in schools.

512

Keywords: School Space. Inclusive Learning. Education.

INTRODUÇÃO

Perante a legislação brasileira, a educação é consagrada como um direito inalienável, fundamental para o pleno desenvolvimento da pessoa, sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O Artigo 205 da Constituição Federal, estabelece a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família, ressaltando a importância de sua promoção e incentivo em colaboração com a sociedade (Brasil, 1988).

¹ Doutorando em Ciências da Educação - Christian Business School.

² Mestrando em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University - VCCU

³ Doutor em Biologia pela Universidade Federal de Pernambuco.

A nossa Carta Magna, ao discorrer sobre os direitos sociais no Artigo 6º, eleva a educação ao mesmo patamar de relevância que a saúde, a alimentação, o trabalho e outros direitos fundamentais. Nesse cenário, a educação não é apenas um componente isolado, mas um elemento essencial na construção de uma sociedade justa e equitativa.

A discussão sobre educação especial ganhou destaque e profundidade após a promulgação da Constituição de 1988. Como resultado, diversos textos legais foram elaborados, nos quais a concepção de inclusão escolar entendida como o direito de crianças com deficiência terem acesso à escola comum e receberem o suporte necessário para superar as barreiras que dificultam sua aprendizagem, foi consolidada de maneira definitiva.

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em seu Artigo 27 nos diz que

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, p. 12, 2015).

Reforça, ainda, em seu parágrafo único que: “é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação” (Brasil, p. 12, 2015), sendo uma responsabilidade compartilhada para garantir uma educação de qualidade, livre de violência, negligência e discriminação, garantindo as competências na construção do desenvolvimento dos alunos.

Para que seja assegurado o pleno desenvolvimento desses alunos, a resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001, institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, em seu parágrafo único, a respeito do atendimento a esses alunos [...] terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado (Brasil, p. 1, 2001).

Essa mesma resolução, em seu artigo terceiro, define a educação especial como

Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (Brasil, p.1, 2001).

Ainda, estão assegurados a esses alunos pelas diretrizes e bases da educação nacional: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades (Brasil, 1996), destacando assim, o compromisso legal de proporcionar uma educação inclusiva e adaptada às suas demandas individuais. Essa disposição ressalta a importância de considerar a diversidade de necessidades e potencialidades dos estudantes com deficiência ou condições especiais.

A trajetória da educação especial no Brasil, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 até a implementação das políticas de educação especial, reflete uma evolução significativa na abordagem e nas práticas educacionais voltadas para pessoas com necessidades educacionais especiais.

Dessa forma, acreditamos que o reconhecimento de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e ao longo de toda a vida reforça a importância de proporcionar a cada indivíduo, independentemente de suas habilidades ou características, a oportunidade de alcançar o máximo desenvolvimento de seus talentos e habilidades. É nesse sentido, que o presente artigo busca contribuir para a conversa sobre a aprendizagem inclusiva, fornecendo uma visão abrangente e prática.

1. Aprendizagem inclusiva

1.1 Definição e Princípios

Para se apresentar as ideias sobre educação inclusiva, que são a base da sustentação da discussão do presente trabalho, Carvalho (2011) faz a reflexão de que: “não é o aluno que se molda ou se adapta à escola, mas a escola consciente de sua função coloca-se a disposição do aluno”. É com esta afirmação, que reiteramos, a importância da escola em se adaptar às necessidades e características individuais dos alunos, em vez de esperar que os alunos se conformem aos moldes tradicionais da escola.

A professora ainda nos traz que a educação inclusiva não é uma prática voltada para determinados alunos e sim para todos, sem distinção e que precisamos entender que somos diferentes, pois é da condição humana (Carvalho, 2011). Assim, a aprendizagem inclusiva não se trata de uma prática direcionada apenas a alguns alunos, mas sim destinada a todos, sem distinção. Reconhecer e abraçar a diversidade como parte intrínseca da condição humana é crucial para criar ambientes educacionais verdadeiramente inclusivos.

A psicóloga Mrech (1998) entende a educação inclusiva como

Por educação inclusiva, se entende o processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os seus graus. Através dela, se privilegiam os projetos de escola que apresentam as seguintes características. (p. 2)

Tal conceito destaca a importância de criar ambientes educacionais que atendam às necessidades diversas de todos os alunos, promovendo igualdade de oportunidades e respeitando a individualidade de cada estudante (Carvalho, 2011). Também, é fundamental compreender que a educação inclusiva é um processo que visa integrar os portadores de necessidades especiais ou distúrbios de aprendizagem na rede regular de ensino, abrangendo todos os seus níveis e graus.

Ainda, nesse sentido, Mrech (1998) destaca que, ao privilegiar projetos de escola que incorporam a educação inclusiva, geralmente são valorizadas as características de acessibilidade física e pedagógica, adaptação curricular, formação continuada, inclusão social, parceria com a comunidade, incluindo famílias, organizações locais e profissionais de saúde. Também se atribui as características de integração social como foco, buscando eliminar barreiras que possam limitar a participação plena de todos os alunos. O compromisso com a integração em todos os níveis, individualização do processo de aprendizagem, reconhecendo que cada criança é única, o processo educativo é adaptado às necessidades individuais.

Para a psicóloga, a inclusão é um conceito abrangente que visa criar ambientes educacionais mais equitativos e acessíveis e tem como proposição

- Atender aos estudantes portadores de necessidades especiais nas vizinhanças da sua residência. ampliação do acesso destes alunos às classes comuns;
- propiciar aos professores da classe comum um suporte técnico;
- perceber que as crianças podem aprender juntas, embora tendo objetivos e processos diferentes;
- levar os professores a estabelecer formas criativas de atuação com as crianças portadoras de deficiência;
- propiciar um atendimento integrado ao professor de classe comum (Mrech, p. 4, 1998)

A partir de tais afirmativas, entendemos a inclusão como um conceito dinâmico, pois vai além da presença física dos alunos em sala de aula. Ele envolve ações práticas para garantir que o ambiente educacional seja acessível, adaptado e que os professores estejam

preparados para atender às necessidades diversificadas dos alunos, promovendo assim, uma educação verdadeiramente inclusiva.

1.2 Benefícios da Aprendizagem Inclusiva

A implementação da aprendizagem inclusiva em ambientes educacionais não só atende às necessidades variadas dos alunos, mas também traz consigo uma série de benefícios que fortalecem a comunidade educacional como um todo.

Carvalho (2005) e (2011) nos faz refletir que é da condição humana ser diferente, pois pensamos de forma diferente, sentimos com intensidades diferentes, agimos e, portanto, vivemos e aprendemos o mundo de forma diferente. Ela nos traz uma verdade fundamental: a diversidade inerente às nossas experiências, pensamentos e emoções. Assim, reconhecer e celebrar essa diversidade é essencial para promover uma sociedade inclusiva e uma educação que atenda às necessidades variadas de cada indivíduo.

Para a professora, o sistema educacional precisa reconhecer e atender às diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer aluno, inclusive repensando em todos os alunos, desde àqueles com dificuldades de aprendizagem ou no desenvolvimento, para isso, é necessário tomar consciência da diversidade dos alunos e valorizá-la (Carvalho, p. 8, 2011).

Para Stainback & Stainback (1999 *apud* Dota; Alvaro, 2009) o ensino inclusivo é um benefício abrangente para alunos, professores e a sociedade como um todo. Através dele os alunos têm a oportunidade de se preparar para a vida na comunidade. Também, ressaltam que os professores aprimoram suas habilidades profissionais e a sociedade é sensibilizada para a importância da igualdade e equidade para todas as pessoas.

Ainda, expressam a crença de que, em salas de aula integradas, as crianças se enriquecem mutuamente, pois essa abordagem proporciona oportunidades para elas aprenderem umas com as outras. Eles destacam não só os benefícios individuais, mas também a contribuição positiva que a educação inclusiva pode ter para o desenvolvimento da sociedade como um todo, pois promove a compreensão, a aceitação e a igualdade entre os diversos membros da comunidade educacional.

A educação inclusiva, para esses autores, conduz à independência e à competência, e não ao isolamento (Stainback & Stainback, 1999 *apud* Dota; Alvaro, 2009).

Enfim, ao compreender e promover os benefícios da aprendizagem inclusiva, as instituições educacionais não só reconhecem e atendem às necessidades individuais dos alunos, mas também moldam uma comunidade educacional mais coesa, equitativa e preparada para os desafios da sociedade contemporânea.

1. Desafios da implementação

2.1 Barreiras físicas e atitudinais

Um dos grandes desafios no caminho da aprendizagem inclusiva reside nas barreiras físicas e atitudinais presentes nas instituições educacionais e espaços escolares. Uma delas é a falta de infraestrutura acessível, que pode excluir inadvertidamente estudantes com mobilidade reduzida, limitando seu acesso às instalações e restringindo sua participação em atividades cotidianas (Carvalho, 2011). Essa falta de acessibilidade física nos estabelecimentos de ensino é um obstáculo significativo.

Fonseca (2005 *apud* Almeida *et al* 2022) destaca que os maiores desafios no processo da educação inclusiva são a falta de adaptação das escolas regulares e de professores que não recebem de modo adequado os alunos com deficiência em sala de aula e, também, a discriminação e o preconceito que se encontram na sociedade e, muitas vezes, na própria família. Essas atitudes arraigadas em relação à deficiência muitas vezes perpetuam estigmas sociais, criando um ambiente onde alguns alunos podem se sentir marginalizados ou incompreendidos.

O desafio da inclusão na educação reside na garantia de que todos os indivíduos tenham o direito de se integrar plenamente no ambiente escolar, assegurando efetividade no acesso e acessibilidade tanto aos espaços físicos quanto ao currículo, bem como aos serviços e programas de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Segundo o Ministério da Educação (Brasil, p. 1, 2008) o atendimento educacional especializado - AEE

Tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Com isso, esses desafios não se limitam só à questão do espaço físico em si. O currículo escolar também deve ser pensado de forma inclusiva, levando em consideração as diferentes necessidades de aprendizagem. A educação inclusiva abrange desde o nível de escolaridade da educação infantil até o ensino superior, e, para isso, dispõe de Atendimento Educacional Especializado (AEE) para orientar professores e alunos quanto à utilização da metodologia.

O processo de inclusão vai além da mera presença física; ela implica em criar um ambiente que seja verdadeiramente acessível em todos os aspectos. Sendo assim, “o desafio da educação, portanto, é organizar as escolas, atendendo a todos os alunos sem nenhuma discriminação, valorizando as diferenças, enriquecendo o processo educacional, tendo participação com igualdade de oportunidades” (Almeida *et al*, p.21, 2022).

Para isso, Almeida *et al* (2022) propõe

Para que se torne realidade a educação inclusiva responsável demanda preparo das escolas, o que consiste na preparação para a docência de profissionais, tanto do ponto de vista técnico quanto psicológico, e acolhimento da diversidade. Além de gestores comprometidos com a qualidade do ensino e da consideração aos direitos constitucionais dos profissionais geridos e dos alunos com necessidades especiais.

Continuando

A fim de que esse comprometimento com a educação se concretize além de propagandas nos meios de comunicação e boa vontade, faz-se imprescindível a efetivação de ações políticas em favor da educação inclusiva, em consonância à Constituição Brasileira de 1988, no que diz respeito aos artigos do direito a Educação Especial, assim como outras resoluções importantes dessa, como o Princípio da Igualdade e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana (p. 21, 2022).

Dessa forma, Carvalho (2005) e (2011) nos diz os desafios para as escolas regulares assumirem uma orientação inclusiva em suas culturas, políticas e práticas, não são pequenos e, ainda, que a escola precisa rever seus paradigmas, respeitar e valorizar as várias diversidades dos alunos e definir sua responsabilidade para com os espaços inclusivos, isso envolve não apenas a equipe docente, mas toda a comunidade escolar, incluindo gestores, profissionais de apoio, pais e alunos.

2.2 Necessidade de Formação

A implementação bem-sucedida da aprendizagem inclusiva depende, em grande parte, da capacitação adequada dos educadores. Almeida *et al* (2022) em seus estudos, nos diz que a grande resistência por parte desses profissionais em aceitar os desafios do processo de inclusão escolar se dá pela falta de formação adequada. Infelizmente, muitos profissionais

não recebem treinamento suficiente em estratégias pedagógicas inclusivas e adaptações curriculares, resultando numa sala de aula onde a diversidade é reconhecida, mas nem sempre é plenamente atendida.

Investir em programas de formação continuada se faz fundamental para capacitar os educadores a entender e atender às diversas necessidades dos alunos, promovendo assim um ambiente de aprendizagem mais inclusivo. Jesus e Effgen (p. 20, 2012) ressaltam que “investir em programas de formação continuada é crucial para capacitar os educadores a entender e atender às diversas necessidades dos alunos, promovendo assim um ambiente de aprendizagem mais inclusivo”.

Nesse sentido, Almeida *et al* (2022) coloca que o papel do professor vai muito além de só transmitir informações. Esse profissional desempenha a função mais do que importante na formação integral dos alunos, influenciando não apenas seu conhecimento acadêmico, mas também seu desenvolvimento pessoal, social e emocional. Segundo Jesus e Effgen (2012) o desafio maior para esses profissionais é o de se construir um espaço escolar onde a diferença, de qualquer natureza, possa “existir”.

Martins (2012) em seu artigo faz menção a legislação brasileira, mais especificamente, a Portaria Ministerial nº 1793 que reconhece a importância de incluir aspectos ético-político-educacionais relacionados às pessoas com necessidades especiais nos currículos de formação de docentes e profissionais afins. Ela também menciona a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) que destaca a necessidade de formação inclusiva para todos os futuros professores da Educação Básica, visando à efetiva implementação da educação inclusiva.

Apesar dessas diretrizes, a acadêmica observa uma disparidade na implementação prática nos cursos de graduação, com algumas instituições não estruturando adequadamente disciplinas relacionadas ao tema. Muitas delas sendo oferecidas de forma precária, por meio de disciplinas eletivas ou com carga horária reduzida, comprometendo a aquisição completa de conhecimentos e habilidades necessários para lidar com a diversidade dos educandos.

Outra problemática encontrada nesse processo seria a da baixa remuneração que leva a uma grande maioria de professores a acumular turnos, tanto no serviço público quanto no privado, apresentando desafios significativos para a busca por formação continuada (de Freitas Salgado, 2020). Esse cenário pode ter implicações negativas tanto para os educadores quanto para a qualidade do ensino.

Almeida *et al* (2022) afirma que a formação adequada auxilia os professores a interagir e participar adequadamente no desenvolvimento do aluno, que é fundamental e reflete a importância crucial da preparação dos educadores. O papel do professor vai além da transmissão de conhecimentos: ele desempenha um papel central no desenvolvimento integral dos alunos.

1. Oportunidades no Espaço Escolar

2.1 Adaptações Curriculares

Uma boa oportunidade para promover a aprendizagem inclusiva é a implementação de adaptações curriculares, que são ajustes realizados no currículo para que ele seja apropriado às diversidades dos alunos, ou seja, para que seja verdadeiramente inclusivo. Isso envolve modificações organizativas, ajustando os materiais e métodos de ensino para atender às necessidades específicas de cada aluno, reconhecendo que a diversidade não é uma barreira, mas uma fonte de enriquecimento.

Para Madureira e Leite (2003)

[...] currículo é o conjunto de ações levadas a efeito pela escola para desenvolver a aprendizagem dos alunos, englobando, assim, o conjunto de experiências programadas pela escola (dentro ou fora dela) e o conjunto de experiências efetivamente vivenciadas pelos alunos, sob orientação da mesma. Nesta acepção prevalecem duas dimensões: aquilo que se pretende que o aluno atinja (intenções, objetivos) e que se irá exprimir em resultados efetivos e aquilo que o aluno experiencia no percurso que faz para chegar aos resultados pretendidos (interacções, processos, actividades (p. 90).

520

Dessa forma, tais adaptações curriculares representam uma oportunidade para lidar com as dificuldades particulares dos alunos, promovendo a assimilação do conhecimento escolar e os integrando ao processo de ensino-aprendizagem. Isso concretiza a participação deles na programação escolar de uma maneira tão inclusiva quanto possível.

Sobre o planejamento de adaptações curriculares em ambientes escolares inclusivos Madureira e Leite (2003) nos diz que

[...] as adaptações curriculares devem ter em conta, em primeiro lugar, tudo aquilo que o aluno pode realizar com e da mesma forma que os seus pares e, apenas depois disso, aquilo que deve ser realizado de forma diferente ou individualizada. Numa escola orientada para a inclusão, não é razoável começar por olhar para as diferenças, mas para as características comuns, partindo de duas premissas básicas: o aluno deve seguir o currículo comum sempre que tal seja possível; as adaptações curriculares surgem apenas quando as necessidades educativas individuais se tornam imprescindíveis. (MADUREIRA; LEITE, p. 106, 2003)

Com essa perspectiva trazida pelas professoras, o enfoque no que os alunos podem realizar de maneira semelhante aos seus colegas destaca a importância de reconhecer e promover as habilidades e potenciais comuns entre todos os estudantes. Esse tipo de abordagem é fundamental para cultivar um ambiente inclusivo que valoriza a diversidade, promovendo a participação equitativa no currículo comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o tema da inclusão tenha tido significativos avanços na compreensão da diversidade nas salas de aula, ainda nos deparamos com a segregação sutil, muitas vezes refletida em práticas pedagógicas tradicionais que podem excluir inadvertidamente alunos com necessidades especiais. Nosso sistema educacional, por ainda ter características homogeneizadoras e excludentes, deixa a desejar, mostrando suas deficiências significativas no suporte e apoio necessários aos profissionais para atender às necessidades educacionais de seus alunos.

Apesar do seu esforço, assumir a responsabilidade educativa dos alunos incluídos nas classes comuns, a falta de preparo para lidar com a diversidade evidencia as carências enfrentadas por esses alunos em termos de atendimento diversificado.

A proposta central da inclusão é transformar a escola em um espaço acolhedor para todos os alunos. As mudanças necessárias para capacitá-la a educar efetivamente todos os alunos visam priorizar as especificidades dos educandos, independentemente de suas diferenças. Esse processo não é uma tendência temporária ou passageira, mas sim uma necessidade que requer atenção cuidadosa na organização do desenvolvimento sociocultural, entendido como um fator determinante da configuração humana.

Como dito anteriormente, no processo de inclusão, não é apenas o aluno que precisa se adaptar à escola, mas a escola que precisa se preparar para receber esse aluno (Carvalho, 2011). A Declaração de Salamanca (1994) acredita e proclama que: toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem e que toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas.

Portanto, para que se realize um ideário de educação para todos, faz-se necessário ir além de criar possibilidades para um grupo de pessoas com determinadas necessidades

educacionais especiais. Pois os sistemas de ensino precisam oferecer oportunidades e possibilidades de desenvolvimento a todos sem exclusão de um grupo em benefício de outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, B. G. de; TANCREDI, C. C. da R.; SCHNORR, M. M. **O professor e a educação inclusiva**. Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação, 09-53, 2022.

Recuperado de <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/5255>

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 5 out. 1988. Não paginado.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF, 1996. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto nº 6.571**, de 18 de setembro de 2008.

BRASIL. **CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em:30 nov. 2023.

522

BRASIL. [Estatuto da pessoa com deficiência (2015)]. **Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência) / Câmara dos Deputados. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação ; n. 200) Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/lei_brasileira_inclusao_pessoa_deficiencia.pdf. Acesso em: 30 nov. 2023.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: do que estamos falando?**. Revista educação especial, p. 19-30, 2005.

CARVALHO, Rosita Edler; PARA A APRENDIZAGEM, Removendo Barreiras. **Educação inclusiva**. Ministério da educação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Universidade Aberta do Brasil. Cuiabá, 2011.

DE FREITAS SALGADO, Thais Regina. **Adaptação Curricular: um estudo de caso sobre a incorporação desse procedimento no Ensino Fundamental**. Revista Brasileira De Educação, Cultura E Linguagem, v. 4, n. 7, p. 39-53, 2020.

DOTA, Fernanda Piovesan; ALVARO, Denise Maria Alves. **Ensino inclusivo: aspectos relevantes**. Rev. psicopedag., São Paulo , v. 26, n. 79, p. 124-128, 2009. Disponível

em:<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862009000100014&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 30 nov. 2023.

JESUS, Denise Meyrelles de; EFFGEN, Ariadna Pereira Siqueira. Formação docente e práticas pedagógicas: conexões, possibilidades e tensões. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, p. 11-18, 2012.

MADUREIRA, Isabel Pizarro; LEITE, Teresa Santos. **Necessidades Educativas Especiais**. Lisboa: Universidade Aberta, 2003.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Reflexões sobre a formação de professores com vistas à educação inclusiva. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, p. 19-32, 2012.

MRECH, Leny Magalhães. **O que é educação inclusiva**. Revista Integração, v. 10, n. 20, p. 37-40, 1998.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994